

Conjuntura – Saúde Suplementar

IESS – Instituto de Estudos de Saúde Suplementar

8ª Edição
Outubro de 2009

Editorial

Após um começo de ano turbulento a economia brasileira voltou a seu patamar pré-crise.

No cenário internacional, as intervenções governamentais nos EUA e na UE impediram que os cenários mais catastróficos viessem a se materializar. No entanto, essas intervenções deverão deixar desequilíbrios fiscais a serem administrados no futuro próximo.

Enquanto governos e entidades regulatórias internacionais não chegam a uma definição do novo modelo, especula-se se ainda existem esqueletos escondidos nos armários das instituições financeiras, o que poderia gerar solavancos na economia ante pequenas perturbações ou crises de confiança e um retardo na trajetória de retomada do crescimento mundial.

O alto crescimento da China continua empurrando outras economias. O Brasil se beneficia deste empurrão, que é potencializado pelo crescimento do consumo interno. O PIB teve uma expressiva taxa de crescimento no segundo trimestre deste ano. Câmbio, Juros e preços de commodities estão voltando aos patamares pré-crise.

Apesar de suas ações no curto prazo, o Governo não tem um plano estruturado para o longo prazo. A política fiscal continua frouxa como demonstra expansão do funcionalismo, dos salá-

rios e benefícios sociais. A oportunidade requeria alavancar o investimento, o que teria importante efeito multiplicador e sobre a confiança dos investidores. O desafio agora é organizar a Copa do Mundo e as Olimpíadas separadas por um intervalo curto de 2 anos.

As ações do Governo demonstram que saúde não é prioridade, mesmo neste ano marcado por surtos de gripe suína, febre amarela e meningite. A Emenda 29 continua sem regulamentação e os problemas que afligem o SUS continuam presentes.

O desempenho da economia é uma boa notícia para o segmento de saúde suplementar, cuja expansão está correlacionada ao crescimento do PIB, do emprego formal e da renda. Após se manter estável no primeiro semestre de 2009, o número de beneficiários voltou a crescer no 3º trimestre.

Apesar da expansão do número de beneficiários, as operadoras apresentaram maior sinistralidade em 2009, impulsionada pelas despesas assistenciais.

O mercado ainda tem o grande desafio de consolidar mecanismos eficientes que preservem a solvência das operadoras para, com isso, aumentar as garantias ao consumidor.

A novidade regulatória são as mudanças nos planos coletivos propostas pelas RN 195, 200 e 204. As normas trazem mudanças importan-

tes para os planos empresariais e coletivos por adesão, nas regras de elegibilidade, carência, CPT e reajuste. O mercado avalia que a ANS se precipitou ao publicar que precisou ser alterada sucessivamente e ter postergada sua vigência.

A principal preocupação é quanto ao ambiente dos contratos em vigor e a possível não observância do ato jurídico perfeito. Outro impacto para o setor é a extinção dos planos coletivos por adesão que não se enquadrem na regra da resolução.

O Senado aprovou a indicação de Maurício Ceschin e Leandro Reis Tavares para o cargo de diretores da Agência Nacional de Saúde Suplementar ANS e dessa forma o quadro de diretores fica completo.

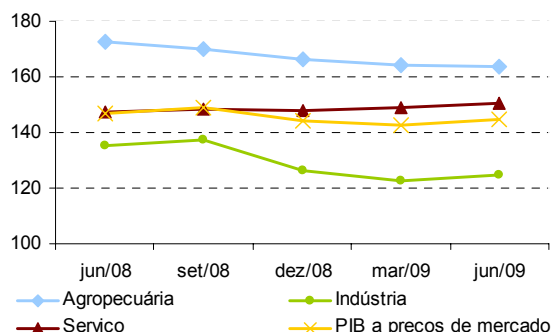
A ANS também abriu consulta pública que se encerra em 30 de outubro sobre o novo Rol de procedimentos. A novidade é a inclusão de diretrizes médicas para vários procedimentos do Rol.

A medida é esperada e desejada pelos consumidores. Induzirá maior utilização dos serviços médicos pressionando os custos, mas não afetará imediatamente as mensalidades cujos reajustes são controlados pela ANS.

José Cechin

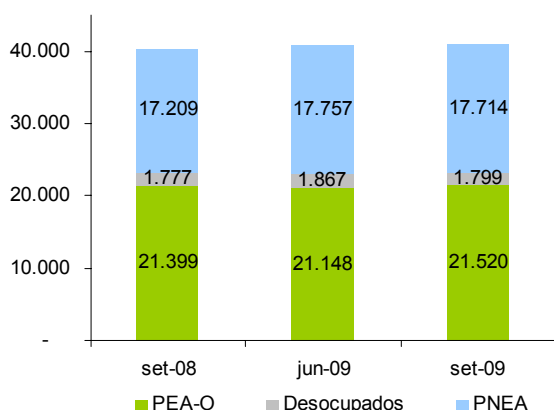
Superintendente Executivo

Gráfico 1. PIB - Índice trimestral por setor de atividade com ajuste sazonal jun08 – jun09 (média de 1995=100)



Fonte: Contas Nacionais Trimestrais – IBGE

Gráfico 2. PME: Distribuição da população (PEA e PNEA) – set08 a set09 (mil pessoas)



Fonte: PME – IBGE

Tabela 1. PME: Distribuição da PEA segundo posição na ocupação - set08 e set09

	Posição Set08		Posição Set09		Δ %
	% PEA	n° mil	% PEA	n° mil	
Com Carteira	44,7	10.350	45,3	10.506	1,5
Conta Própria	18,6	4.315	17,8	4.141	-4,0
Sem Carteira	17,2	3.989	17,3	4.038	1,2
Empregadores	4,3	991	4,3	992	0,1
Ñ. remunerados	0,0	6	0,0	7	22,4
Doméstico	7,2	1.670	7,2	1.671	0,1
Setor Público	7,0	1.623	7,2	1.687	3,9

Fonte: PME – IBGE

1. Cenário macroeconômico

1.1 PIB

O crescimento do PIB divulgado pelo IBGE para o segundo trimestre de 2009 surpreendeu o mercado. O PIB cresceu 1,9% neste trimestre em comparação ao primeiro. Mas mesmo com esse crescimento, o PIB do segundo trimestre foi 1,2% menor do que o do mesmo trimestre do ano anterior.

A indústria teve um bom desempenho, impulsionado pelo consumo das famílias e a retomada do crédito.

Para 2009, o mercado reviu suas expectativas pessimistas do primeiro semestre de 2009, com aumento gradativo do otimismo nos últimos meses. A última previsão do relatório Focus aponta para um crescimento do PIB de 0,18%, comparada com -0,49% da projeção anterior (mostrada na Conjuntura de maio de 2009).

Tabela 2. Expectativas de mercado para 2009

Indicador	expectativa
IGP-M (%)	-0,65
IPCA (%)	4,29
Selic (%)	8,75
Câmbio (R\$/US\$)	1,70
PIB (%)	0,18

Fonte: Boletim Focus divulgado dia 23 de outubro de 2009.

1.2. Emprego - PME

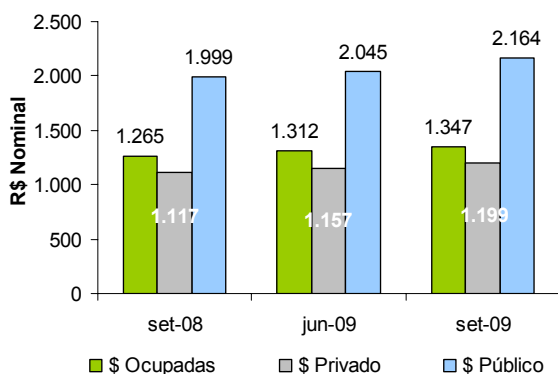
No prazo de 12 meses, o Brasil entrou e saiu da crise. A perda de mais 800 mil empregos entre outubro de 2008 e janeiro de 2009 foi sendo recuperada paulatinamente a partir de fevereiro. Em setembro o nível de emprego havia superado seu patamar pré-crise.

Os últimos dados da PME/IBGE confirmam a tendência da recuperação do emprego. A quantidade de Pessoas Não Economicamente Ativas está, em setembro de 2009, inferior à setembro de 2008, após o forte aumento no período intermediário. Nos últimos 12 meses, o número de desocupados ficou estável e a PEA-Ocupada cresceu 5,7%.

Os dados também revelam migração de ocupados por conta própria para ocupados com carteira assinada. Observou-se notável crescimento da ocupação no setor público (3,9%) e pequeno aumento na ocupação sem carteira.

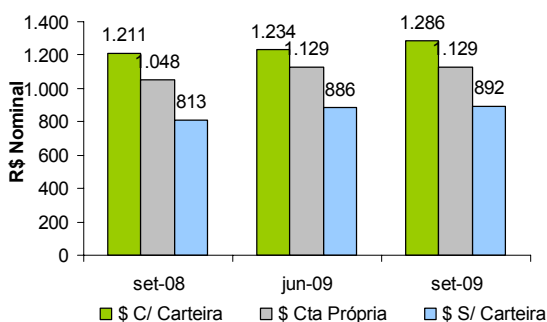
A taxa de desocupação, após ter alcançado 9% em

Gráfico 3. PME: Rendimento nominal mensal habitualmente recebido – set08 – set09



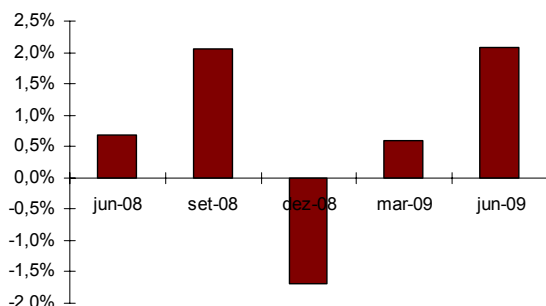
Fonte: PME – IBGE

Gráfico 4. PME: Rendimento médio nominal no trabalho habitual principal – setor privado – set08-set09



Fonte: PME – IBGE

Gráfico 5. Variação trimestral do índice de despesa com consumo das famílias (média de 1995=100) com ajuste sazonal – jun08-jun09



Fonte: Contas Nacionais Trimestrais – IBGE

Gráfico 6. IPCA: variação mensal e índice acumulado – 12 meses (set09)

março de 2009, ficou em 7,7%. A menor taxa desde 2002 foi a de dezembro de 2008, de 6,8%.

1.3. Renda - PME

O rendimento médio nominal das pessoas ocupadas continuou crescendo – 6,5% nos últimos 12 meses e particularmente intenso, 2,6%, no último trimestre. Esse aumento representa um importante ganho real já que o IPCA acumulado nos 12 meses até setembro de 2009 foi de 4,34%.

O crescimento da ocupação com carteira assinada elevou a renda das pessoas ocupadas no setor privado em 7,3% nos últimos 12 meses e 3,6% no trimestre.

O setor público continua liderando o ganho de remuneração nominal, com expansão de 8,3% em 12 meses e 5,8% no trimestre. A forte expansão na remuneração do funcionalismo público deve gerar no longo prazo sobrecarga fiscal no orçamento do Governo Federal e também em alguns estaduais e municipais.

Segundo a PME de setembro, a massa de rendimento real da população ocupada no mês de agosto foi estimada em R\$ 29 bilhões, revelando acréscimo de 1,4% em relação a julho e de 2,2% na comparação com agosto de 2008.

1.4. Consumo

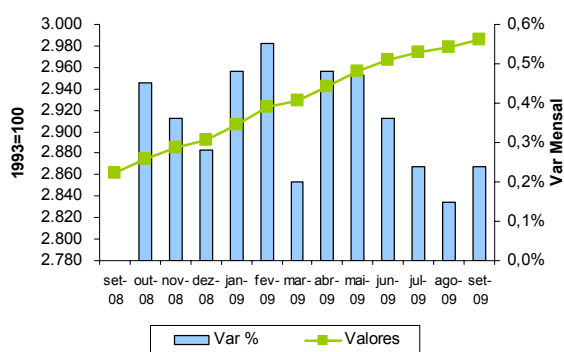
Após forte declínio no último trimestre de 2008, o consumo das famílias voltou a crescer no primeiro semestre de 2009, impulsionado pela retomada do mercado de trabalho formal e aumento da renda das pessoas. Apesar da crise, a confiança do consumidor foi rapidamente retomada com impactos positivos para o desempenho econômico em 2009.

Outros fatores que também impulsionaram o consumo foram: a redução do IPI para automóveis vigente até 30 de setembro de 2009 e da linha branca que foi renovada por mais 3 meses pelo Governo Federal; diminuição dos juros; e a retomada do crédito.

1.5. Inflação

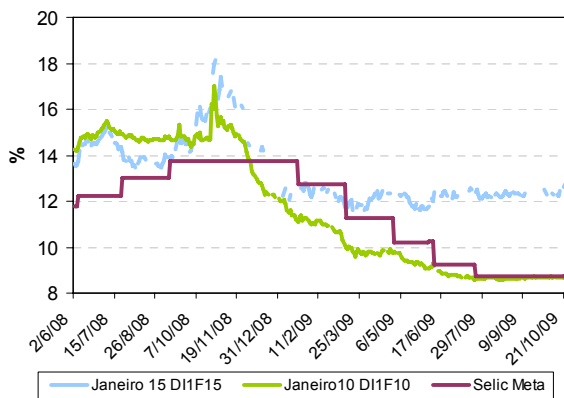
O IPCA vem mantendo tendência de baixa. Para 2009, a expectativa é que a inflação fique abaixo da meta do Banco Central, de 4,5%.

O IGPM apresenta deflação desde dezembro de 2008 (exceção de fevereiro de 2009) e desde junho de 2009 a variação acumulada de 12 meses é



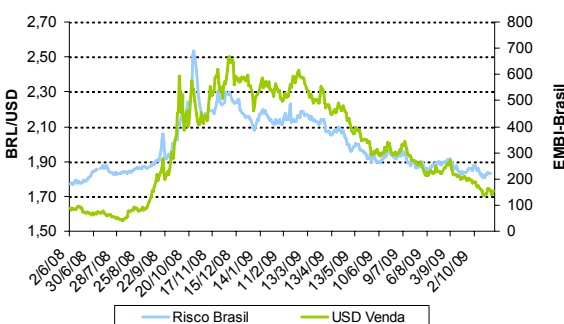
Fonte: IBGE

Gráfico 7. Meta Copom Selic e Juros de Longo Prazo - 12 meses (jun08 - out09)



Fonte: Bacen e BM&F

Gráfico 8. Cotação diária PTAX Venda e Embi Brasil (jun08 - out09)



negativa. A trajetória do IGPM continuará tendo impacto positivo no IPCA, especialmente no preço dos aluguéis. A tendência da taxa de juros e do câmbio também deve favorecer o controle inflacionário. Por outro lado o Banco Central manteve a meta de inflação em 4,5% para 2010.

1.6. Taxas de Juros e Câmbio

Após uma série de cortes na taxa Selic realizados pelo COPOM a partir de janeiro de 2009, a taxa permanece constante em 8,75% sem viés, desde o dia 22 de julho.

Reduções na taxa de juros para patamares ainda menores continuam limitadas pela atual regra de remuneração da poupança (TR + 0,5% ao mês). A Selic não pode cair abaixo de determinado limiar sob pena de ocorrer grande migração de aplicações financeiras para a poupança, dificultando o financiamento dos títulos públicos. Apesar dos pronunciamentos do Governo, nenhuma mudança foi proposta neste ano.

O Real continua se apreciando em relação ao dólar americano e também em relação a algumas outras moedas como o peso argentino e o Euro. Esse movimento de apreciação foi alavancado pela subida do preço das commodities e pela maciça entrada de dólares para aproveitar as taxas de juros e o movimento de franca recuperação da bolsa de valores. Os cortes na taxa de juros não conseguiram inverter esse movimento, já que a taxa real de juros do Brasil só é menor que a da China, dentre as principais economias.

Para tentar atenuar a valorização do Real, o Ministério da Fazenda anunciou, no dia 19 de outubro, a cobrança de IOF sobre os investimentos estrangeiros na bolsa de valores e em títulos públicos, com uma alíquota de 2%.

Essa medida provocou uma freada brusca na entrada de recursos externos, acarretando uma desvalorização da Bolsa de Valores. No entanto, não deve ter forte impacto no câmbio, que se mantida sobrevalorizada poderá comprometer o resultado da balança comercial para o próximo ano.

O Brasil se aproveita da maior confiança dos investidores internacionais no pós-crise, como revela a queda do Risco Brasil para níveis pré crise.

1.7 Resumo – Cenário macroeconômico

Variável	Jan a jun 2008	Jan a jun 2009	Δ% (período)	
PIB nominal (R\$ Bilhões)	1.395.229	1.440.806	3,3	
Consumo do governo (R\$ Bilhões)	268.032	309.175	15,4	
Consumo das famílias (R\$ Bilhões)	853.430	915.133	7,2	
Emprego e Renda	set08	set09	Δ% set08 a set09	Δ% jun09 a set09
Emprego - indivíduos ocupados (mil pessoas)	21.399	21.520	0,6	1,8
Emprego com carteira assinada (mil pessoas)	10.350	10.506	1,5	0,2
Emprego no setor público (mil pessoas)	1.623	1.687	3,9	3,6
Renda (R\$)				
Setor privado	1.117,10	1.198,50	7,3	3,6
Com Carteira Assinada	1.210,60	1.286,00	6,2	4,2
Setor público	1.998,50	2.164,00	8,3	5,8
Inflação	set08	set09		
IPCA (%) – acumulado 12 meses	6,25	4,34		
IGP-M (%) – acumulado 12 meses	12,31	-1,49		
Juros e câmbio	set08	set09	Δ últimos 12 meses	
Juros (Selic %) - último dia do mês	13,75	8,75	-36,3%	
Câmbio (R\$/US\$) - último dia do mês	1,91	1,78	-6,8%	

Fonte: IBGE, Tesouro Nacional e Banco Central do Brasil.

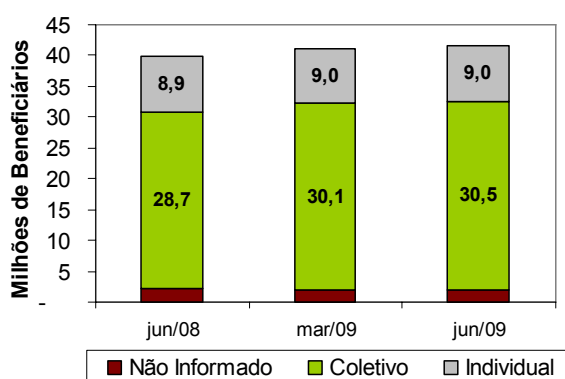
*Consolidado no ano.

2. Saúde Suplementar em Números

Os dados mais atuais para o setor de saúde suplementar são aqueles constantes na Nota de Acompanhamento do Caderno de Informação da Saúde Suplementar de setembro 2009, disponível em www.iess.org.br e estão na tabela Resumo a seguir.

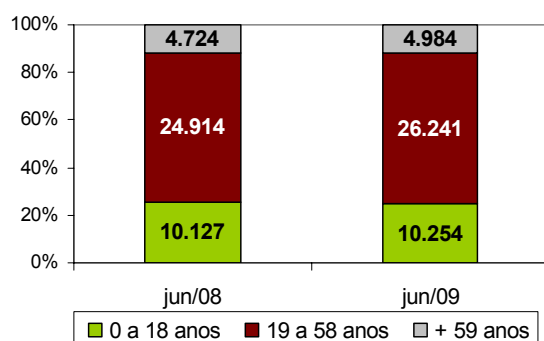
As perspectivas positivas para a economia para os próximos meses devem manter aquecidas as vendas de planos de saúde, já que o desempenho do mercado está fortemente correlacionado ao desempenho econômico.

Gráfico 9. Distribuição dos beneficiários (mil) de planos de assistência médica por tipo de contratação – jun08 e jun09



Fonte: ANS tabnet

Gráfico 10. Distribuição dos beneficiários (mil) de planos de assistência médica por faixa etária – jun08 e jun09



Fonte: ANS tabnet

2.1. Destaques do setor

2.1.1. Planos Coletivos

A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) publicou, em 01 de outubro de 2009, a RN 204 que novamente alterou a RN 195, de 14 de julho de 2009, que já havia sido alterada pela RN 200 de 14 de agosto 2009.

A RN 195 dispõe sobre a classificação dos planos privados de assistência à saúde, regulamenta a sua contratação, institui a orientação para contratação de planos privados de assistência à saúde e dá outras providências. A medida passa a vigorar em 03 de novembro de 2009.

A resolução distingue claramente Plano Empresarial de plano Coletivo por Adesão. Plano empresarial é aquele contratado por empresa para as pessoas que com ele mantenham vínculo empregatício ou estatutário. Plano Coletivo por Adesão é aquele contratado por pessoa jurídica de caráter profissional, classista ou setorial (como conselhos, sindicatos e associações profissionais) para as pessoas que mantenham vínculo associativo com essas entidades.

A RN introduz mudança nas regras de carência e Cobertura Parcial Temporária, CPT. Os planos empresariais com mais de 30 vidas estarão isentos de carência e CPT. Nos planos de adesão os indivíduos terão 30 dias de seu ingresso na pessoa jurídica para aderir ao plano sem carência. Outra mudança que tem preocupante é a limitação de um único reajuste de preço a cada 12 meses.

As regras de transição têm forte intervenção nos contratos atualmente em vigor, restringindo a aplicação do ato jurídico perfeito contratado anteriormente a vigência da nova regulação. Por isso essas regras foram questionadas pelas operadoras junto à ANS. Outro impacto importante da obrigação de encerrar os contratos coletivos que não se enquadrem nos termos da RN 195, em especial os contratos por adesão mantidos por entidades sem caráter profissional, classista ou setorial.

2.1.2 Novo Rol de Procedimento

A ANS se propõe a revisar o Rol de Procedimento a cada 2 anos. Chegou o momento de mais uma revisão e para isso a Agência lançou consulta pública com a proposta do novo Rol e prorrogou o prazo para de resposta para o dia 30 de outubro.

patamar mínimo de cobertura dos planos, levam a

A novidade desta vez é a inclusão de diretrizes médicas para a determinação do Rol. O Novo Rol deve entrar em vigência em abril de 2010. A revisão do Rol é uma necessidade frente às constantes e frequentes mudanças na medicina.

A medida é esperada e desejada pelos consumidores. Mas é preciso atentar para o fato de que acréscimos no rol elevam o

aumentos na utilização dos serviços de assistência médica e, portanto aumentam seu custo para as operadoras. A transmissão para as mensalidades não é automática, pois os seus reajustes são controlados pela ANS. Na medida em que o maior custo afetar as mensalidades dos planos, menos beneficiários terão acesso a eles, produzindo uma saúde suplementar crescentemente elitizada.

2.2. Resumo – Saúde Suplementar – junho 2009

	jun08	mar09	jun09	Δ% 12 meses	Δ% jun09/mar09
Total	39.784	41.175	41.495	4,3	0,8
Individual	8.925	8.980	8.971	0,5	(0,1)
Coletivo	28.700	30.121	30.466	6,2	1,1
Não Informado	2.159	2.073	2.058	(4,7)	(0,7)
Antigos	10.770	10.324	10.193	(5,4)	(1,3)
Novos	29.014	30.851	31.303	7,9	1,5
0 a 18 anos	10.127	10.217	10.254	1,3	0,4
19 a 58 anos	24.914	26.010	26.241	5,3	0,9
+ 59 anos	4.724	4.931	4.984	5,5	1,1
Feminino	21.117	21.835	22.000	4,2	0,8
Masculino	18.668	19.339	19.495	4,4	0,8
Referência	5.610	5.835	5.839	4,1	0,1
Hosp + Amb	29.196	30.497	30.795	5,5	1,0
Hospitalar	736	745	749	1,8	0,6
Ambulatorial	2.217	2.157	2.189	(1,3)	1,5
Não Identificados	2.026	1.941	1.924	(5,1)	(0,9)
Autogestão	5.242	5.238	5.230	(0,2)	(0,2)
Cooperativa	13.352	14.052	14.276	6,9	1,6
Filantropia	1.361	1.331	1.331	(2,2)	0,0
Medicina de Grupo	15.257	15.699	15.769	3,4	0,4
Seguradora	4.572	4.854	4.889	6,9	0,7
Norte	1.205	1.277	1.278	6,1	0,1
Nordeste	4.837	5.078	5.162	6,7	1,7
Sudeste	26.540	27.294	27.440	3,4	0,5
Sul	5.314	5.551	5.618	5,7	1,2
CO	1.888	1.975	1.997	5,7	1,1

3. Equipe Técnica

José Cechin – Superintendente Executivo

Carina Burri Martins – Coordenadora

Francine Leite – Consultora